

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sul América Odontológico S.A.  
(Nova denominação social da Rio Ardlia Participações S.A.)  
C.N.P.J. Nº 11.973.134/0001-05

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Sul América Odontológico S.A., relativas ao exercício findo em 31.12.2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Em 2011, a economia brasileira teve seu comportamento influenciado em parte pela volatilidade que caracterizou o ambiente externo, com o desempenho de alguns setores sendo negativamente afetados. Instabilidades econômicas nos EUA e na Europa e o desastre natural no Japão foram alguns dos fatores que se destacaram. O Produto Interno Bruto (PIB), após forte recuperação em 2010, quando alcançou crescimento de 7,5%, perdeu fôlego ao longo do ano, e encerrou 2011 com aumento de apenas 2,7%, segundo dados do IBGE. Apesar do menor ritmo de crescimento, a ociosidade permaneceu reduzida, permitindo que o mercado de trabalho seguisse registrando as menores taxas de desemprego na série recente, encerrando o ano em 6,0%. Isto, contudo, manteve a inflação sob pressão, também motivada pelo aumento dos preços das commodities ao final de 2010 e início de 2011. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2011 com alta de 6,5%, alcançando o teto da meta do governo. O Banco Central do Brasil iniciou o ano realizando aperto monetário gradual para conter pressões inflacionárias e elevou a taxa SELIC de 10,75% em janeiro para 12,50% em julho de 2011. No curso do exercício, com o objetivo de combater efeitos recessivos sobre a atividade econômica doméstica e devido ao agravamento da crise internacional, o Banco Central do Brasil flexibilizou a política monetária a partir de agosto, com sucessivos cortes na taxa SELIC, que encerrou 2011 em 11,0%. A balança comercial continuou superavitária, fechando o ano com saldo de US\$ 29,8 bilhões. Isso, somado ao forte ingresso de capitais estrangeiros, não só financiou o déficit de US\$ 50,0 bilhões em conta corrente, como levou a superávit no balanço de pagamentos, favorecendo o

aumento das reservas internacionais no ano, que encerraram com US\$ 352 bilhões. O cenário internacional também impactou negativamente o mercado de ações brasileiro e o mercado de câmbio. O Ibovespa encerrou o ano em 56.754 pontos, com desvalorização de 18,1% em relação ao ano anterior, e o dólar encerrou 2011 cotado a R\$1,8669 para venda, com desvalorização de 12,4% em relação ao fechamento de 2010. Para 2012, estimativas divulgadas pelo Banco Central do Brasil para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 3,3%, com a inflação devendo situar-se no entorno de 5,3%. Em 24.01.2011 a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar aprovou o pedido de autorização de funcionamento da Sul América Odontológico S.A para atuar no segmento de saúde suplementar. Em 05.12.2011 ocorreu alteração da sede do Rio de Janeiro para São Paulo. Em 2011, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 1,0 milhão, com lucro líquido de R\$ 26 mil frente a lucro líquido de R\$ 10 mil no exercício de 2010. A proposta para a distribuição do lucro líquido de 2011, encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas, é a seguinte:

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	26	10
Constituição da Reserva Legal (5%)	(1)	(1)
<b>Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/1976 e 10.303/2001)</b>	<b>25</b>	<b>9</b>
Dividendos Obrigatórios:		
25% do Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/1976 e 10.303/2001)	6	2
<b>Total dos dividendos obrigatórios</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
<b>Destinação:</b>		
Constituição de Reserva Estatutária	19	7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.037</b>	<b>1.013</b>
Disponível	-	5	9
Realizável	-	1.032	1.004
Aplicações	5	1.010	1.000
Títulos e Créditos a Receber	-	22	4
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.037</b>	<b>1.013</b>

	Nota	2011	2010
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>9</b>	<b>5</b>
Tributos e Contribuições a Recolher	-	-	3
Débitos Diversos	-	9	2
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.028</b>	<b>1.008</b>
Capital Social	7.1	1.000	1.000
Reservas	-	28	8
Reservas de Lucros	-	28	8
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.037</b>	<b>1.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO DE SETE MESES E 17 DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Total das Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Constituição e Integralização do Capital Social, conforme Assembleia Geral de 14.05.2010	1	-	-	-	-	1
Aumento de Capital conforme AGE de 02.08.2010	999	-	-	-	-	999
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					<b>10</b>	<b>10</b>
<b>Proposta para destinação do Lucro:</b>						
Reserva Legal	-	1	-	1	(1)	-
Reserva Estatutária	-	-	7	7	(7)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2)	(2)
<b>SALDOS EM 31.12.2010</b>	<b>1.000</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>1.008</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					<b>26</b>	<b>26</b>
<b>Proposta para destinação do Lucro:</b>						
Reserva Legal	-	1	-	1	(1)	-
Reserva Estatutária	-	-	19	19	(19)	-
Dividendos propostos - Total	-	-	-	-	(6)	(6)
<b>SALDOS EM 31.12.2011</b>	<b>1.000</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>1.028</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICO S.A. denominada "Companhia", nova denominação social da Rio Ardlia Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14.05.2010, domiciliada no Brasil, com sede na capital do estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi adquirida em 02.08.2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA SAÚDE", controlada indireta da Sul América S.A., denominada "SASA", tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24.01.2011. A Companhia encontra-se em fase de estruturação para efetivo início de suas operações. (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: (2.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE ÀS NORMAS CPC. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As presentes demonstrações financeiras para o exercício/período findos em 31.12.2011 e 2010 incorporam as alterações introduzidas pela Instrução Normativa ANS/DIOPE nº 46, de 25.02.2011, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das operadoras de planos de saúde a partir de 01.01.2011. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 20.03.2012. (2.2) BASE DE MENSURAÇÃO: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5). (2.3) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis mais relevantes da Companhia, descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. • O resultado é apurado pelo regime contábil de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. (3.1) INSTRUMENTOS FINANCEIROS: (3.1.1) Classificação e Mensuração: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: (a) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. A Companhia opta por classificar, em alguns casos, títulos e valores mobiliários nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "fair value option". (3.2) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE: As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras. (3.3) DIVIDENDOS: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração são refletidos em sub-contas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. (3.4) NORMAS EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS: Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2011. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS citados a seguir, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela ANS. São as normas: (3.4.1) NORMAS REVISADAS: (a) IAS 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS): Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que tem o objetivo de reformular a apresentação de "Outros Resultados Abrangentes". Essa revisão passará a vigorar em 01.07.2012. (b) IAS 12 – IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS (INCOME TAXES): A alteração limitada no escopo do IAS 12, que teve início no projeto de convergência com o USGAAP, visa resolver problemas práticos desta norma sem alterar sua orientação fundamental ou a divergência em relação ao USGAAP. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2012. (c) IAS 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (EMPLOYEE BENEFITS): Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (d) IAS 28 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (INVESTMENTS IN ASSOCIATES): Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01.01.2013. (3.4.2) NOVAS NORMAS: (a) IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (FINANCIAL INSTRUMENTS). Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01.01.2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de impairment e hedge accounting (incluindo macro hedging), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB deverá adiar a data de implantação obrigatória para 01.01.2015. (b) IFRS 11 – ACORDOS CONJUNTOS (JOINT ARRANGEMENTS): Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. (c) IFRS 12 – DIVULGAÇÃO DE INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES (DISCLOSURE OF

INTERESTS IN OTHER ENTITIES): Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou joint ventures), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. (d) IFRS 13 – MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE (FAIR VALUE MEASUREMENT): Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01.01.2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado pela Administração, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. (4) GERENCIAMENTO DE RISCOS: Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez. A Companhia faz parte de um grupo de empresas que administra seus riscos com uma visão corporativa, a partir de decisões de um comitê que representa as empresas do grupo. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos, contemplam também a adequação das aplicações financeiras aos passivos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia. (4.1) Risco da Taxa de Juros: O risco da taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. O comitê define os mandatos de investimentos para cada uma das empresas do grupo, personalizado para cada necessidade específica. Nesses mandatos são considerados aspectos tais como: perfil de negócio e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de VaR (Value at Risk), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "stress testing". (4.2) Risco de Crédito: O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. A exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras segue limites que são estabelecidos através de um Comitê de Crédito, como por exemplo, a Companhia não aplica em títulos públicos municipais ou estaduais, porém pode aplicar todo o seu portfólio em títulos públicos federais. Quanto a títulos de emissão privada, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrencia dessa análise, é elaborada um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras e para títulos de emissão de empresa não financeira. Outros limites são impostos para outros tipos de aplicações financeiras, previstos pelo comitê. Os limites de exposição a risco são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco. (4.3) Risco de Liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado diariamente e revisa, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. Adicionalmente, a Companhia possui carteira de liquidez onde é estabelecida uma reserva a fim de garantir o pagamento das despesas. Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando o risco de liquidez. (5) APLICAÇÕES: Em 31.12.2011 a Companhia tinha R\$1.010 (R\$1.000 em 2010) aplicado em fundos de investimentos não exclusivos classificado como "Títulos e Valores Mobiliários Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado". (5.1) MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES:

	Valor justo por meio do resultado:
<b>Saldo em 01.01.2010</b>	<b>-</b>
Aplicações	990
Principal Resgate	(24)
Resultado Financeiro	34
<b>Saldo em 31.12.2010</b>	<b>1.000</b>
<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>1.000</b>
Aplicações	9
Rendimento Resgate	(11)
Principal Resgate	(100)
Resultado Financeiro	112
<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>1.010</b>

(5.2) APLICAÇÕES POR VENCIMENTO: O vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2011 e 2010, feita de acordo com os critérios de contabilização e avaliação é a seguinte:

	Até 02 anos ou sem Vencimento	Valor de Custo mais Rendimentos	Valor de Mercado
<b>Valor Justo por Meio do Resultado</b>			
Quotas de Fundos de Investimentos	1.010	1.010	1.010
Não Exclusivos	1.010	1.010	1.010
<b>Total em 31.12.2011</b>	<b>1.010</b>	<b>1.010</b>	<b>1.010</b>
<b>Total em 31.12.2010</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>

(5.3) CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2:

As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas Demonstrações Financeiras. Dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As presentes Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31.12.2011 e de 2010 incorporam as alterações introduzidas pela Instrução Normativa ANS nº 46, de 25.02.2011, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das Demonstrações Financeiras das operadoras de planos de saúde a partir de 01.01.2011. A principal alteração foi a criação de um grupo específico para os créditos tributários diferidos no balanço patrimonial, em consonância com o CPC. A Companhia não possuía créditos tributários em 31.12.2010. Em relação a política ambiental, a Companhia mantém voluntariamente uma série de processos e iniciativas que mitigam os impactos ambientais de suas operações nos ramos em que atua. Todo lançamento de novos produtos, serviços e parcerias passa por um processo de avaliação de alta pareceres das áreas de risco, compliance, fraudes, jurídico, comercial e sustentabilidade, dentre outras. A Companhia investe em processos para redução da utilização de materiais, como iniciativas de consumo consciente dos recursos naturais em suas unidades operacionais e reciclagem de resíduos como provenientes de sinistros. A Sul América Odontológico S.A., no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação securitária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Rio de Janeiro, 20 de março de 2012. A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO DE SETE MESES E 17 DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

	Notas	2011	2010
Despesas Administrativas	8	(78)	(21)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>112</b>	<b>34</b>
Receitas Financeiras	9	112	34
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>34</b>	<b>13</b>
Imposto de Renda	-	(5)	(2)
Contribuição Social	-	(3)	(1)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>26</b>	<b>10</b>
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES</b>		<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$</b>		<b>26,00</b>	<b>10,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PARA O PERÍODO DE SETE MESES E 17 DIAS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resgate de Aplicações Financeiras	100	-
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	11	-
Outros Recebimentos Operacionais	3.524	-
Pagamentos de Serviços de Terceiros	(31)	-
Pagamento de Tributos	(37)	(3)
Aplicações Financeiras	(9)	(966)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.560)	(22)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(2)</b>	<b>(991)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	1.000
Pagamento de Participação nos Resultados/Dividendos	(2)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(2)</b>	<b>1.000</b>
<b>VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(4)</b>	<b>9</b>
CAIXA – Saldo Inicial	9	-
CAIXA – Saldo Final	5	9
Ativos Livres no Início do Exercício	1.009	-
Ativos Livres no Final do Exercício	1.015	1.009
<b>Aumento nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES</b>	<b>6</b>	<b>1.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. Em 31.12.2011 e 2010, os ativos da Companhia estavam todos classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2: Quotas de Fundos de Investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. Em 2011 e 2010 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2011	2010
<b>Nível 2</b>	<b>1.010</b>	<b>1.000</b>

	Ativo	Passivo
<b>Ativos Financeiros</b>		
Valor Justo por Meio do Resultado	1.010	1.000
<b>Total</b>	<b>1.010</b>	<b>1.000</b>

(6) PARTES RELACIONADAS: (6.1) TRANSAÇÕES:

Descrição	Controladora	2011	2010	2011	2010
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b)	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	8	2
Sul América Seguro Saúde S.A (a)	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	-	-	-
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>2</b>

(a) Transações em Conta Corrente entre companhias, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (b) Valor referente a Dividendos distribuído entre acionistas, titulares ou sócios da Companhia. (7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (7.1) CAPITAL SOCIAL: O capital social da Companhia em 31.12.2011 e 2010 é de R\$ 1000, representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 02.08.2010, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou o aumento do capital social, passando de R\$1 para R\$ 1.000. (7.2) RESERVA LEGAL: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social no limite do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. (7.3) RESERVA ESTATUTÁRIA: Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, destinada a expansão de negócios sociais, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos, com finalidades específicas definidas no estatuto e uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar; ou para distribuição de dividendos aos acionistas. (7.4) DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO:

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	26	10
Constituição da Reserva Legal (5%)	(1)	(1)
<b>Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 – Leis 6.404/1976 e 10.303/2001)</b>	<b>25</b>	<b>9</b>
Dividendos Obrigatórios:		
25% do Lucro Líquido Ajustado (Artigo 202 – Leis 6.404/1976 e 10.303/2001)	6	2
<b>Total dos dividendos obrigatórios</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
<b>Destinação:</b>		
Constituição de Reserva Estatutária	19	7

(8) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Serviços de terceiros	(35)	-
Despesas com Publicações	(31)	(19)
Despesas com tributos	(6)	(1)
Outros	(6)	(1)